

A Arqueologia na ARIE JK em Primeira Pessoa: seu potencial e a eterna preocupação com a sua preservação

Dra. Renata de Godoy*

Ainda é difícil para a maioria das pessoas associar a prática da Arqueologia ao Brasil, mais difícil ainda em se tratando de Brasília, a capital planejada e ainda tão recente na memória de todos nós. Este texto, no entanto, vai ainda mais longe e trata de falar de arqueologia em uma área de proteção ambiental dentro do Distrito Federal, a ARIE JK. Para os profissionais falar da existência de sítios arqueológicos espalhados por todo país não é novidade, e para os que trabalham no Centro-Oeste se fala em densidade tamanho o número deles encontrados em região de Cerrado. Lembrando que a Arqueologia é o estudo dos vestígios materiais produzidos pelo homem (cultural material), e que sítio arqueológico é qualquer local onde tais vestígios são encontrados, identificado e registrado como tal por um arqueólogo e definido como primordial para o estudo de grupos humanos que viveram nele ou o utilizaram para qualquer fim. O que eu proponho aqui não é apenas falar de alguns sítios relevantes, mas da enorme importância deles para entendermos a ocupação humana no Brasil e nas Américas, me referindo apenas a estes que já foram registrados dentro da ARIE JK. Para tanto começo a contar do início, da descoberta de cada um, dos motivos que levaram arqueólogos a chegarem até eles, e por fim da necessidade que todos nós podemos assumir na sua preservação.

Gostaria de fazer alguns esclarecimentos antes de começar a contar essa história, que está ilustrada com algumas imagens de minha autoria ao longo do texto. Infelizmente eu não tenho imagens minhas para ilustrar a cultura material que tanto diferencia os sítios que descrevo a seguir, mas sugiro fortemente aos interessados buscar na internet utilizando palavras-chave tais como instrumentos líticos plano-convexos, ou mesmo o termo popular *lesma*. Também adianto que busquei sintetizar ao máximo as informações, usando sempre que possível linguagem acessível. Por ter escolhido fazer uma abordagem mais pessoal, em primeira pessoa, eu quis passar a sensação de uma conversa informal, e, sobretudo dar as minhas impressões e a minha opinião sobre o assunto, oportunidade muito rara e muito especial para uma arqueóloga que procura dialogar com diversos públicos como eu. Desde já agradeço por estar incluída nesta proposta fundamental de difusão em formato digital.

A ARIE JK, apesar de não apresentar subdivisões internas, pertence à três cidades-satélites que estão em seu entorno: Taguatinga, Ceilândia e Samambaia. A localização de cada sítio dependeu muito da demanda por estudos de impacto ambiental, sendo que a maioria deles até hoje ocorreu na área de Ceilândia, o que não significa que outras áreas dentro dela não apresentem sítios arqueológicos também. Seria necessário explicar como funciona a legislação ambiental e cultural brasileira para justificar algumas escolhas dos arqueólogos que por lá estiveram, o que eu tentei fazer resumidamente ao longo do texto sempre que achei pertinente. Sei que o leitor para o qual este texto foi direcionado mora no Distrito Federal, e trabalha com

* Renata de Godoy é Doutora em Antropologia/Arqueologia pela Universidade da Flórida/EUA, Mestre em Gestão do Patrimônio Cultural e Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela PUC-GO. Membro efetivo da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), e membro da Sociedade de Arqueologia Americana (SAA). Atualmente desenvolve Pós-doutorado em Arqueologia pela Universidade Federal do Pará no Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA/UFPa), financiada pela CAPES.

educação. Sendo este um público tão diverso preferi não me prolongar sobre questões que podem ser óbvias para alguns e estranhas para outros, me atendo apenas ao que é realmente necessário dentro do contexto que escrevo.

As pesquisas arqueológicas na ARIE JK

Foi no início da década de 1990 que surgiu a primeira demanda por pesquisa arqueológica na ARIE JK, em função de estudos ambientais para viabilizar áreas de expansão urbana de Taguatinga. Nesse momento um importante arqueólogo brasileiro foi chamado para realizar um primeiro levantamento, o que chamamos de Diagnóstico, visando identificar a existência de sítios arqueológicos e propor medidas para preservá-lo em caso positivo. Na ocasião arqueólogo Eurico T. Miller identificou cinco locais prováveis de sítio arqueológico dentro dos limites da ARIE JK (Miller, 1993), sendo que um foi posteriormente descartado (Mapa, ver sítios pré-históricos com denominação ‘DF-PA’). Entre outros projetos de expansão urbana promovidos no governo Roriz, ao todo Miller registrou nesse período 16 sítios na região da bacia do rio Descoberto, que abrangeu diversos tipos de ocupação incluindo de dois de grupos que já produziam cerâmica e cinco mais recentes do período histórico (Bertran, 2000). Dentre os localizados na ARIE JK um deles era especial pela presença de instrumentos líticos popularmente conhecidos como *Lesmas* pelo seu formato plano-convexo: o DF-PA-11 ou sítio *Taguatinga*. Já nesse primeiro momento ele indicava uma ocupação muito antiga, pois estes objetos são associados à Tradição Itaparica/Fase Paranaíba, que na arqueologia brasileira sugere ocupações entre seis e 11 mil anos antes do presente (Fogaça, 1995).

Ainda na década de 1990, precisamente em 1997, o órgão federal que protege o patrimônio cultural brasileiro, o IPHAN, em virtude do grande potencial já levantado no sítio *Taguatinga* decidiu contratar outra equipe para entender o tamanho dessa ocupação, seu estado de conservação e significância científica, e propor medidas que assegurassem a proteção dele e de outros dois sítios registrados por Miller em 1993: o DF-PA-12 e o DF-PA-15 (Fogaça & Juliani, 1997). Por motivos diversos apenas o sítio DF-PA-11 foi localizado e investigado naquele momento. Ele fica na área de Ceilândia fazendo fronteira com o Parque Três Meninas em Samambaia, que nesse momento já demonstrava interesse em englobar o sítio em seus limites para assim aumentar a sua preservação dentro de um projeto de revitalização do Parque proposto pela administração local. Os arqueólogos Emílio Fogaça e Lúcia Juliani foram contratados; Emílio por ser um especialista renomado em material lítico (ou as famosas pedras lascadas), e Lúcia por sua experiência em áreas urbanas. Neste projeto eles escavaram área próximas ao córrego (Foto 1; Mapa), e localizaram estruturas típicas de moradia tais como restos de fogueira. Durante a pesquisa foram resgatados outros instrumentos líticos, dentre eles uma ponta de flecha, o que aumentava ainda mais sua importância para o estudo arqueológico bem como sua provável antiguidade de ocupação podendo alcançar uma data ainda mais antiga para os padrões da América do Sul, até 12 mil anos antes do presente. Em seguida o arqueólogo Emílio Fogaça propôs em um projeto algumas ações, como ampliar as escavações no sítio e concluir datações (Fogaça, 1997), mas o altíssimo custo da proposta e a falta de interesse político naquele momento acabaram não levando o projeto adiante, segundo o próprio Emílio durante comunicação pessoal.

Alguns anos depois em 2003 uma grande obra de infraestrutura começou a ser implantada na ARIE JK sem os devidos cuidados ambientais, e moradores locais entraram com pedido de embargo no Ministério Público apoiados pelos dados já conhecidos da arqueologia na ARIE JK. Houve grande repercussão pública durante as escavações de Fogaça e Juliani e muitos moradores tinham conhecimento da presença de sítios arqueológicos na ARIE JK. Eles estavam certos, e através de medidas judiciais uma nova equipe de arqueólogos começou um trabalho intenso de resgate de sítios já conhecidos por onde a obra passava, como o caso do *Taguatinga*, e de descoberta de outros sítios ao longo do traçado dessa obra. Para muitos o progresso está no caminho da arqueologia, mas eu penso diferente. Foi por causa desse mesmo progresso, que é inevitável e a tantas pessoas beneficia, que os arqueólogos puderam pesquisar novamente a ARIE JK. Foi neste momento que eu tive meu primeiro contato com essa área e pude estar aqui agora escrevendo uma pequena parte da história de uma região do Distrito Federal que muitos ainda desconhecem.

Tratava-se de uma obra da CAESB realizada entre 2003 e 2005, de implantação de tubulações para interceptação e recepção de água e esgoto (que já poluía a ARIE JK há anos), que abriu um novo capítulo de descobertas ali. Uma equipe grande foi acionada do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia/IGPA, hoje PUC-Goiás, chefiadas pelos arqueólogos Mariza O. Barbosa e Diogo M. Costa. Foram necessários três projetos distintos para dar conta de tudo que tinha que ser feito a fim de minimizar os danos causados por uma obra desse porte (Barbosa & Costa, 2005). Este projetos são na verdade etapas do trabalho do arqueólogo em estudos de impacto ambiental: a primeira chamada de *Levantamento*, quando uma equipe percorre toda a extensão do empreendimento procurando vestígios e localizando novos sítios arqueológicos através de perfurações sistemáticas no solo; o *Resgate* de sítios que serão impactados através de escavações arqueológicas; e por fim o *Monitoramento*, que vai verificar se ainda existem vestígios importantes sendo destruídos em função da implantação obra e assim um arqueólogo acompanha as intervenções que são feitas no solo e no subsolo, e recolhe materiais utilizando meios para registrar sua exata localização, tanto horizontalmente quando verticalmente (a profundidade e a localização de qualquer vestígio arqueológico são fundamentais para o trabalho do arqueólogo). Eu participei dos primeiros projetos, de Levantamento e de Resgate, entre 2004 e 2005.

Ao longo dos 14 quilômetros de traçado das tubulações e na área da estação de tratamento da CAESB em Samambaia um novo sítio foi registrado chamado de *Pedra Velha*, associado ao DF-PA-15, um dos sítios já registrados por Miller dez anos antes. Ele era diferente dos demais por ser do período histórico, mas também classificado como uma área de extração de pedra só que ali para fins de construção civil, e igualmente raros em pesquisas arqueológicas. Outro sítio que foi registrado por Miller através de indicações de coloração e textura do solo (estratigrafia) foi exaustivamente prospectado, ou procurado através de perfurações, e ainda utilizou-se um radar de solo (GPR) para se ter absoluta certeza que não havia nada enterrado no local indicado anteriormente, mas nada foi encontrado. Novamente o sítio DF-PA-11 foi escavado, desta vez na área de impacto da obra e não próximo ao córrego como feito em 1997. Mais uma vez ele foi considerado extremamente significativo pela densidade de material e seu estado de conservação. Foram escavados outros sítios, e conclusões apontaram relevância científica para o DF-PA-15, semelhante, porém menor e menos denso em termos de material arqueológico; e o sítio associado à ele o *Pedra Velha* (Mapa).

O embargo possibilitou um diálogo importante com a empresa além da contratação de uma equipe grande e interdisciplinar, permitindo a realização de propostas paralelas ainda raras em trabalhos de arqueologia na época, como a confecção de material didático antes das escavações e de um filme ao final delas. Foi nessa parte que me encaixei desta vez assumindo o papel de coordenadora de Arqueologia Pública, chamada de Gestão do Patrimônio Arqueológico no projeto, já na fase de Resgate, realizando um trabalho concomitante de consulta popular e de educação patrimonial (Godoy, 2005), além do vídeo resumindo toda a pesquisa intitulado “Arqueologia no Vale do Taguatinga”. Eu me surpreendia com o interesse dos brasilienses pelo assunto e a partir de então comecei outra pesquisa, com outros propósitos, que culminou numa tese de doutorado defendida em 2012 (Godoy, 2012a) e na publicação dela em forma de livro no mesmo ano (Godoy, 2012b).

Muitos outros desdobramentos aconteceram em função dessa pesquisa, que conseguiu unir a preservação possível e a existência de uma obra essencial de infraestrutura urbana que beneficia hoje mais de um milhão de habitantes no Distrito Federal. Por se tratar também de uma instituição de ensino, alunos utilizaram os dados para seus trabalhos de conclusão de curso, ou como no meu caso começaram novas pesquisas. Mais de 20 mil fragmentos foram coletados durante as escavações, devidamente analisados nos laboratórios por especialistas. Todo o acervo encontra-se sob a guarda deste Instituto (IGPA/PUC-GO), que fica sediado em Goiânia, e existem negociações para que ele seja enfim transferido para o Distrito Federal, para que todos possam vê-lo, entender a sua importância para assim compreender quem eram esses primeiros habitantes do Centro-Oeste brasileiro, numa época que ainda não existiam países, ou estados.

Outro desdobramento importante e raro foi a negociação com a CAESB para alterar o projeto do empreendimento na área do sítio DF-PA-11 e assim poupar seus afloramentos de quartzito colocando as tubulações aéreas e não subterrâneas como no projeto original (Foto 2). Alteração de projeto é algo caro e bastante improvável porque também altera o cronograma dos empreendimentos. Hoje em dia existem relatos de arqueólogos trabalhando no meio empresarial, também conhecida como Arqueologia de Contrato que é como chamamos esse tipo de pesquisa, de negociações com construtoras visando alterar seus projetos, mas ainda são conquistas pontuais. Por tudo isso eu considero que todos ganharam com o embargo da obra, o patrimônio foi devidamente protegido e dentro da CAESB foi implantada uma política mais firme em relação aos estudos de impacto ambiental, diminuindo as chances de ocorrer um novo incidente já que outras obras de infraestrutura serão exigidas para atender uma demanda sempre crescente no Distrito Federal.



Foto 1 – Área do sítio *Taguatinga* ou DF-PA-11



Foto 2 – Tubulações aéreas da CAESB, sítio *Taguatinga*

Logo em seguida, em 2007, outra obra de infraestrutura começou a ser implantada na ARIE JK, e também contou com uma equipe de arqueólogos do IGPA para o seu resgate: a via de ligação entre Ceilândia e Samambaia, a DF-459 (Mapa), inaugurada em 2012 e hoje em pleno funcionamento. Em 2008 eu tive a oportunidade de registrar vários momentos da implantação desta via (Foto 3). Foram responsáveis por esta pesquisa dois arqueólogos que já conheciam a ARIE JK, e mais importante, especialistas em material lítico: Paulo Jobim Mello que integrou a equipe coordenada por Miller nos anos 1990, e Emílio Fogaça. Apesar de sua extensão ser muito inferior a da obra da CAESB ela passava justamente na área dos sítios DF-PA-15 e *Pedra Velha* (Foto 4). Na ocasião outro sítio foi cadastrado: o sítio *Pórtico* (Fotos 5 e 6; Mapa), descrito como uma entrada de fazenda e relatado como tendo pouca densidade de material datado para meados dos anos 1970 (Mello & Fogaça, 2007).



Foto 3 – Via DF-459 em construção, ano 2008



Foto 4 – Área dos sítios DF-PA-15 e *Pedra Velha*



Foto 5 – Ruínas da fazenda, sítio *Pórtico*



Foto 6 – Eu e minha equipe em 2008, sítio *Pórtico*

É importante explicar que quando se fala em escavação significa uma amostra do sítio, uma porção dos vestígios dele é retirada para análise, o que oferece dados suficientes para se traçar um perfil estimado daquela ocupação, tal como quantidade de pessoas, tipo de alimentação, costumes, e época em que ocuparam aquele espaço. No caso destes sítios antigos da ARIE JK estamos falando de homens nômades, que viviam de caça e coleta de frutos, antes da “invenção” da agricultura e da cerâmica que servia para armazenar, servir e cozinhar alimentos produzidos em plantações por grupos já sedentários e mais numerosos. Eles viviam em pequenos grupos, e adaptavam materiais a sua disposição na natureza para caçar, para cortar de tratar a caça, para defesa, entre outros. No caso de um sítio tão recente como o *Pórtico* há muitas controvérsias e cada caso é avaliado e defendido separadamente.

A legislação brasileira não indica um critério de antiguidade para definir o que é considerado arqueológico ou não e muito tem sido discutido nesse sentido pelos arqueólogos, especialmente porque alguns podem trazer dados inéditos e únicos independente de sua antiguidade, que somente o estudo da cultura material pode proporcionar vide a falta de documentos escritos para muitos casos. No caso do *Pórtico* a arqueóloga responsável classificou como relevante pois exemplifica um modelo de ocupação rural do século XX na região. Outros poderiam discordar, mas o profissional responsável é soberano na tomada de decisões desde que as justifique, sendo elas em prol da pesquisa ou não. No caso de sítios pré-coloniais a discussão gira em torno da significância de cada um: se muitos sítios do mesmo “tipo” já foram estudados em determinada região o arqueólogo pode optar por se dedicar para outro sítio que proporcionará a descoberta de novos dados. Eu sei que parece absurdo, mas imaginem uma área a ser impactada onde 100 sítios foram localizados, e o profissional tem meses para trabalhar?! Projetos de arqueologia que estão mitigando impactos causados por obras de grande porte têm que se deparar com decisões desse tipo a todo o momento, e existem critérios legais e científicos para se fazer esse tipo de escolha.

Em 2009 começou mais uma obra proposta para o entorno da ARIE JK, mais uma equipe de arqueólogos foi contratada para minimizar seus danos ambientais. A obra em questão é a construção da nova sede da Administração do GDF, o *Centro Metropolitano de Taguatinga*,

projeto coordenado pelos arqueólogos Márcio A. Telles e Júlio César A. de Castro. Essa área ainda não tinha sido objeto de pesquisa pelas equipes de arqueologia que já estiveram por ali. É uma área urbana importante e bastante conhecida por moradores da região, ao contrário das áreas pesquisadas anteriormente que ficam mais próximas do ribeirão Taguatinga, implantados em um fundo de vale bastante profundo e de acesso mais restrito. A região é muito familiar aos moradores locais pois fica próxima à rodoviária de Taguatinga, ao estádio do Serejão, à estação de metrô, entre outros equipamentos públicos e privados, também conhecida como Morro da Guariroba (Foto 7). É um espaço tão importante que vem sendo utilizado por um grupo de evangélicos liderados pelo pastor Jorge há mais de 30 anos para suas celebrações, conhecida por *Igreja do Morro* (Foto 8).



Foto 7 – Morro da Guariroba, em 2005



Foto 8 – Celebração da Igreja do Morro, novembro de 2008

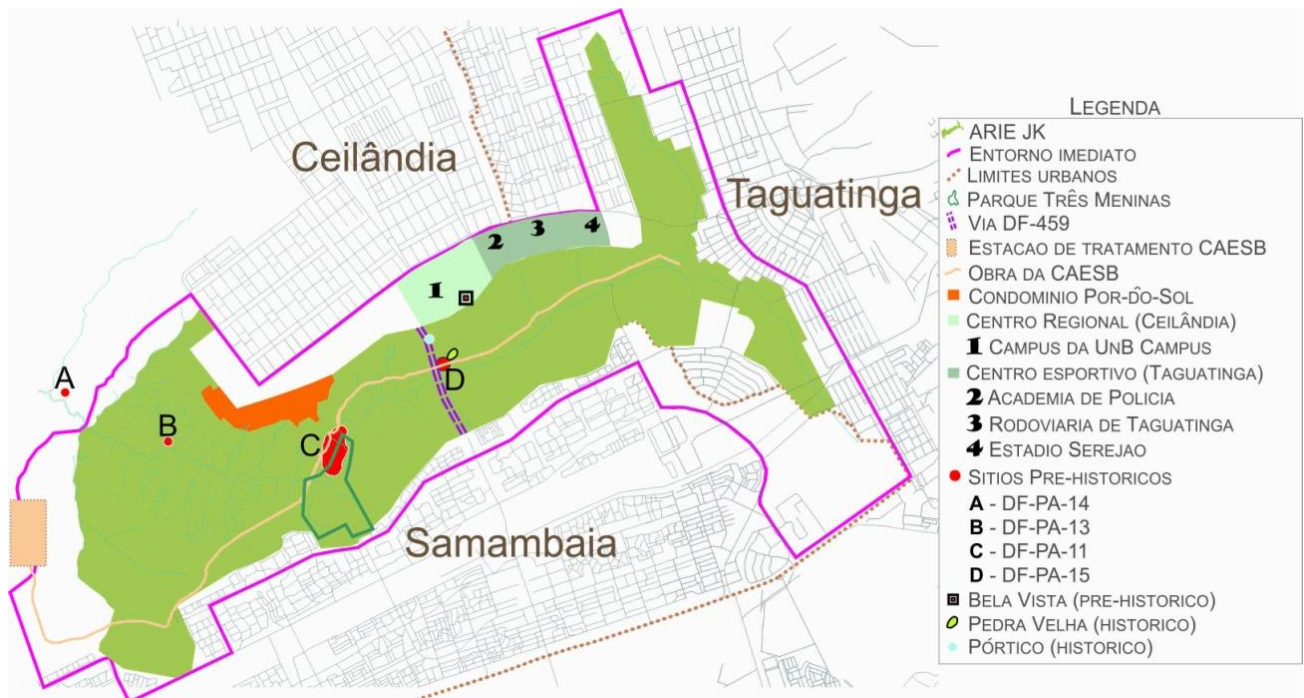
Essa obra gerou mais um relatório, e os arqueólogos registraram um novo sítio pré-colonial semelhante aos sítios já descritos, formado por afloramentos rochosos com retiradas, sendo batizado como sítio *Bela Vista* (ver Fotos 9 e 10; Mapa) (Telles & Castro, 2010). Eu mesma, apesar da falta de um registro formal até 2010, visitei constantemente e incluí o *Morro da Guariroba* como área de interesse enquanto conduzi as pesquisas para a minha tese de doutorado pelo seu alto potencial arqueológico e por ser muito usada nos dias atuais para diversos fins. Telles e Castro identificaram como um sítio severamente impactado, muito em função do próprio uso constante do local, mas que não seria afetado pela obra em questão e, portanto não precisou ser resgatado.



Foto 9 – Sítio *Bela Vista*, em 2008



Foto 10 – Afloramentos rochosos, Sítio *Bela Vista*



Mapa – Localização de todos os sítios arqueológicos já registrados e pesquisados na ARIE JK e seu entorno

A importância dos sítios arqueológicos da ARIE JK

Já contei sobre o histórico de pesquisas na ARIE JK, o que motivou cada uma delas, e espero ter deixado claro para o leitor de como e o porquê elas aconteceram. Aproveitei para explicar um pouco o modo como o arqueólogo trabalha, como funciona uma pesquisa no Brasil, tudo de maneira bem simples e rápida, de antemão peço desculpas se fui breve demais. É possível entender melhor sobre o assunto hoje pela internet, mas aconselho fortemente que os interessados verifiquem a procedência das informações, pois a arqueologia sempre atraiu em todos os tempos e lugares do mundo muitos curiosos, amadores, e outros tantos que acreditam em acontecimentos fantásticos e usam da arqueologia para forjar provas científicas. Existem hoje cursos de formação no país, e um arqueólogo não pode forjar evidências, fingir pesquisas ou diagnósticos, atos que são muito praticados por estes oportunistas seja em benefício próprio, seja por ignorância. Para quem quiser buscar mais informações confiáveis eu sugiro conhecer a página da Sociedade de Arqueologia Brasileira/SAB¹, e a única rede social profissional dos arqueólogos no Brasil chamada Arqueologia Digital².

Agora é o momento de explicar como e porque esse patrimônio precisa ser preservado para o futuro. No caso específico da ARIE JK estamos tratando de três opostos: 1) sítios arqueológicos muitos antigos e com pouco apelo visual; 2) cidades em crescimento e com demanda de espaços para moradia e melhorias urbanas; 3) uma área de extrema importância ambiental que precisa ser preservada. Seria possível a coexistência de tudo isso? Existe um mais importante que o outro? Estas mesmas perguntas estão em todos os lugares, no mundo todo, porque sempre vai haver conflito entre progresso e preservação ambiental. A resposta para a primeira pergunta, vindo dessa pesquisadora extremamente otimista que acredita em soluções diferentes das que temos hoje, é sim eu acredito ser possível os três conviverem. Muitos sequer conhecem o potencial da ARIE JK, pois a visibilidade dela é pequena para quem circula pelas três cidades (Foto 11). O contraste é imenso (Foto 12) e os acessos são restritos, o que não é uma crítica, mas apenas uma constatação.

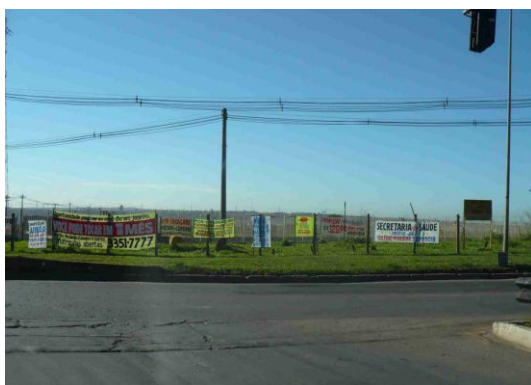


Foto 11 – Vista urbana da ARIE JK

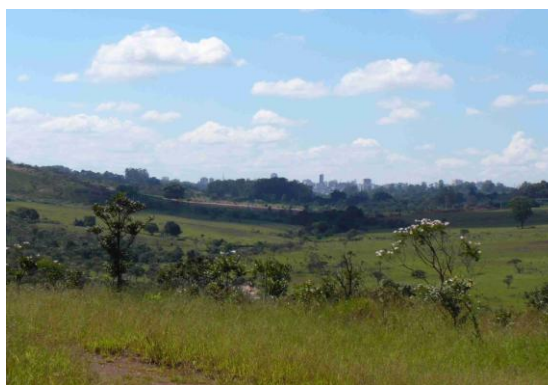


Foto 12 – Vista da ARIE JK, Taguatinga ao fundo.

¹ <http://www.sabnet.com.br/site/capa>

² <http://arqueologiadigital.com/>

A arqueologia e a preservação ambiental caminham juntas, uma precisa da outra, uma completa a outra, e a legislação das duas dialogam bem. A arqueologia e o progresso também têm aprendido a conviver, na medida do possível, graças a nossa legislação brasileira ser tão avançada e tão forte. O problema dessa convivência é o tempo do progresso que não espera o tempo da ciência, pois o desenvolvimento quando começa geralmente não reserva o período necessário para que se faça a efetiva mitigação ambiental. Não posso falar sobre a questão ambiental que vai além da minha área de atuação, mas tem sido possível fazer esse diálogo na arqueologia especialmente nos últimos anos, não como todos gostariam e sem a fiscalização proporcional ao tamanho do problema, mas também evitando uma perda muito maior, inestimável e impossível de ser recuperada.

Quando eu falo em perda, em prejuízo, eles atingem todos nós e as gerações futuras também. O patrimônio arqueológico é um bem da União, protegido pela Lei Federal nº 3.924, também conhecida como *Lei do Sambaqui* desde a década de 1960 (Silva, 2007). A Constituição Federal de 1988 ratificou esta Lei, e foi fundamental para o amparo do estado na proteção do nosso patrimônio arqueológico (Atas, 1997). Mas foi a Resolução CONAMA nº 001, de 1986, que estabeleceu as medidas protetivas visando minimizar impactos gerados por grandes obras de infraestrutura, desde então são exigidos por lei relatório e estudos de impacto ambiental que incluem também o patrimônio cultural (Reisewitz, 2004).

Em relação especificamente ao patrimônio arqueológico sua maior característica é como um bem não renovável, quando perdido ele não tem como ser recuperado. Muitas pessoas, querendo ajudar, retiram objetos do seu lugar e doam a museus ou entregam a arqueólogos, mas o ‘não renovável’ da arqueologia mora exatamente na localização de cada vestígio pois é através dela que se pode entender as diversas facetas que um simples caco de panela de barro, ou que um pedacinho de pedra lascada pode esclarecer sobre esse ser humano que o deixou ali, sobre seus modos de viver, de pensar, de existir nesse meio ambiente que hoje é nosso. Muitas pessoas retiram objetos para vender, o que se configura como tráfico e é punido como tal. O patrimônio cultural, não apenas o arqueológico, não tem valor, não tem substituto, deve ser estimado e valorizado pela sua beleza, pela sua originalidade, por ser uma parte da nossa história, e nunca como algo a ser vendido, ou trocado.

Gostaria muito de frisar aqui a parte de “não como gostaríamos” para falar sobre o enorme potencial arqueológico da ARIE JK, versus o seu também grande potencial de expansão urbana. Sobre a parte urbana os fatos dizem tudo. Há inúmeros loteamentos invadindo os limites da ARIE JK, alguns não legalizados, alguns em processo de legalização. São famílias que encontraram ali um espaço para viver. O metrô de Brasília atravessa partes da ARIE JK, e desde que as pesquisas de mitigação ambiental começaram há pouco mais de uma década esse espaço já recebeu canos de recepção de água e esgoto, uma estação de tratamento, uma via de duas pistas ligando duas cidades, entre outras obras. Isso sem falar de todos os chacareiros, de todos os espaços de lazer e parques, de todos os espaços usados como depósitos de entulho ou para retirada ilegal de areia. Nem tudo é vilão, nem todos são mocinhos. Algumas dessas atividades não interferem na preservação da ARIE JK, mas algumas degradam de maneira absurda e criminosa. São os retratos de se viver em uma cidade, nesse caso três cidades super populosas. Há meios legais para se evitar o uso ruim, e de incentivar o bom uso. Mas isso depende

exclusivamente de política, de vontade, de educação, de alternativas para solucionar tantos problemas e esse assunto daria outro texto muito maior do que este aqui.

Sobre o patrimônio arqueológico da ARIE JK eu tenho muito a falar, e posso deixar muitos leitores decepcionados com o que vem pela frente, mas o meu papel aqui é ser transparente. De todos os locais potenciais e sítios arqueológicos já cadastrados dentro da ARIE JK a enorme maioria constitui em espaços habitados há milhares de anos por grupos nômades, como já relatei (Fogaça, 1995). Grupos que não ficavam muito tempo por ali, mas que sabiam utilizar os recursos à sua disposição, algo que hoje em dia não conseguimos com tamanha técnica e precisão quanto eles faziam nesse passado distante. Até pouco tempo atrás nós os chamávamos pejorativamente de “primitivos” ou “homens das cavernas”, mas hoje além de ser politicamente incorreto o uso desses termos é também indigno pelo que já sabemos sobre eles.

Falando especificamente da ARIE JK, esses grupos que por ali viveram usavam muitas áreas do vale para confeccionar suas ferramentas através do manejo de uma pedra que não é considerada das melhores para o lascamento: o quartzito, que pode ser visto por lá em seus inúmeros afloramentos. Chamamos esse tipo de sítio de *Oficina Lítica*. Mas eles usavam esses espaços de afloramentos de uma maneira muito especial e rara de ser encontrada hoje em dia em qualquer parte do mundo porque eles retiravam pedaços e ali mesmo eles confeccionavam seus instrumentos de pedra até a fase final desse processo. Normalmente se encontram sítios oficina lítica onde é possível identificar apenas partes do processo de retirada e confecção. Mas os sítios já estudados na ARIE JK apresentam essa particularidade, além da sua antiguidade eles revelam para os pesquisadores de hoje todo o processo de fabricação de instrumentos de pedra brilhantemente preparados, lascados, e utilizados no mesmo espaço; esses sítios retratam todo o processo de escolha, confecção e uso de uma tecnologia que hoje não existe mais. Se não fossem sítios antigos só essa característica já os faria únicos, significativos para estudar tecnologia pré-histórica. Poucos especialistas no mundo todo se dedicam a um estudo tão complexo como este. Cada fragmento de pedra, do milimétrico aos blocos enormes que são retirados fazem parte desse processo, e cada um deles tem a mesma importância na análise. São sítios que demandam anos de estudo, que demandam alguém especialmente interessado, que demandam recurso e tempo que ainda são difíceis no Brasil de hoje. São sítios que se preservados podem ser estudados no futuro quando novos arqueólogos com novas técnicas, novas perguntas de pesquisa, com recursos e tempo a sua disposição poderão enfim entender como pensava esse homem que esteve por ali e escolheu o vale do Taguatinga para aperfeiçoar uma técnica que hoje tentamos desvendar.

Acho que não é difícil entender porque estes sítios são considerados tão preciosos, mas entender o quanto podemos usufruir deles nos dias atuais é o maior desafio. Quem já esteve na ARIE JK, quem já passou por algum desses sítios, precisou de uma indicação de localização para saber onde eles estão. As fotos retratadas anteriormente mostram a “invisibilidade” dessas ocupações. No Brasil, de modo geral, o patrimônio arqueológico não é monumental e está quase sempre enterrado, não é visível para o público; na maioria das vezes nem para o próprio arqueólogo que precisa perfurar o solo e entender a paisagem para encontrá-los. Nós não ouvimos a expressão Arqueologia Brasileira muito em função dessa invisibilidade, porque não temos cidades em ruínas ou pirâmides para encher nossos olhos. Também aprendemos que nossos indígenas eram menos desenvolvidos comparados aos outros que produziam grandes

espaços construídos nas Américas como Incas, Maias e Astecas, quase completamente destruídos pelos colonizadores séculos atrás. Infelizmente é difícil ver sabedoria, beleza, e outros tantos atributos que nossos primeiros habitantes nos deixaram no Brasil, e ainda deixam. Mas eles estão lá, e é um desafio compreendê-lo além da visão e quebrar estereótipos tão nocivos que ainda repetimos até hoje.

Existe um grande esforço para que o acervo das escavações coordenadas pelo IGPA de Goiânia seja levado para o Distrito Federal, e uma das razões de ele ainda estar no estado de Goiás é a falta de instituições de pesquisa e guarda de patrimônio arqueológico no Distrito Federal. Ainda hoje são poucos arqueólogos que atuam e moram em Brasília, e ainda não existe uma instituição que desenvolva esse tipo de pesquisa, geralmente ligada às universidades. Essa situação retrata um pouco da história da arqueologia no Brasil, uma profissão com demanda extrema em virtude do atual nível de desenvolvimento do país, mas que ainda não foi regulamentada. Há poucos anos novos cursos de graduação e pós-graduação começaram a surgir para a formação do arqueólogo, e as perspectivas de melhora desse quadro são boas.

A arqueologia estuda o passado, mas ainda é uma ciência muito recente, especialmente no Brasil. Exemplos como a ARIE JK enriquecem muito o debate profissional quanto à divulgação e responsabilidades públicas e privadas em relação ao patrimônio arqueológico nacional, felizmente um tema bastante em voga na atualidade. Juntamente com o acervo existe também um interesse em criar um espaço de exposição desse material que estaria finalmente disponível para os brasilienses, e assim ajudando a difundir e conscientizar tantas pessoas sobre essa riqueza que está presente na capital planejada. Essa demanda se traduz na proposta de criação do primeiro museu arqueológico do Distrito Federal, defendida por moradores e profissionais da área, e que um dia eu espero poder visitar. A iniciativa de criação deste DVD já é uma parte dela, e eu deixo aqui meu agradecimento por estar incluída na compilação de propostas e pesquisas tão importantes para a preservação cultural e ambiental do Distrito Federal.

Referências Bibliográficas:

Miller, E.T., 1993. Projeto de Avaliação do potencial arqueológico da área de expansão urbana e rural das cidades de Taguatinga e Ceilândia (Brasília/DF). , Brasília.

Bertran, P., 2000. História da terra e do homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador, Verano, Brasília.

Fogaça, E., 1995. A tradição Itaparica e as indústrias líticas pré-cerâmicas da Lapa do Boquete (MG - Brasil), Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo 5, 145-158.

Fogaça, E., Juliani, L.J.C.O., 1997. Programa de Avaliação de 1997. Potencial Arqueológico e Resgate dos Sítios DF-PA-11 a DF-PA-15. 1ª Fase: Avaliação do potencial arqueológico do sítio DF-PA-11 e Avaliação do potencial informativo da coleção lítica recuperada no sítio DF-PA-11 (Taguatinga – DF), IPHAN, 14ª Coordenadoria Regional, Brasília.

Fogaça, E., 1997. Proposta de salvamento programado do sítio arqueológico pré-histórico DF-PA-11, IPHAN, 14ª Coordenadoria Regional, Brasília

Barbosa, M.d.O., Costa, D.M., 2005. Relatório final do Projeto de Resgate e Monitoramento do Patrimônio Arqueológico da Área Diretamente Afetada pela Implantação do Interceptor e Emissário de Esgotos do Sistema Melchior, nos municípios de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia – DF IGPA/PUC-GO/Fundação Aroeira, Goiânia.

Godoy, R.d., 2005. Relatório Final de Gestão do Patrimônio Arqueológico Projeto Brasília Antes de Brasília, in: Barbosa, M.O., Costa, D.M. (Eds.), Relatório final do Projeto de Resgate e Monitoramento do Patrimônio Arqueológico da Área Diretamente Afetada pela Implantação do Interceptor e Emissário de Esgotos do Sistema Melchior, nos municípios de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia – DF, IGPA/PUC-GO/Fundação Aroeira, Goiânia.

Godoy, R.d., 2012a. Public Archaeology and Heritage Value(S): learning from urban environments in central Brazil, Department of Anthropology, University of Florida, Gainesville, p. 303.

Godoy, R.d., 2012b. Assessing Heritage Values: Public Archaeology in Brasília, LAP Lambert Academic Publishing, Saarbrüchen.

Mello, P.J.C., Fogaça, E., 2007. Projeto para Levantamento e Salvamento Arqueológicos na Área a ser Afetada pela Futura Implantação da Ligação Viária Ceilândia-Samambaia (DF) - relatório parcial, IGPA/PUC-GO/Fundação Aroeira, Goiânia.

Telles, M.A., Castro, J.C.A.d., 2010. Relatório Final de Levantamento Arqueológico e Cultural da ADA Pela Construção do Centro Metropolitano de Taguatinga-DF, Griphus Consultoria Ltda, Goiânia.

Silva, R.C.P.d., 2007. Os desafios da proteção legal: uma arqueologia da Lei nº 3.924/61, Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação, pp. 59-73.

Atas, 1997. Repercussões dos Dez Anos da Resolução CONAMA nº 001/86 sobre a Pesquisa e a Gestão dos Recursos Culturais no Brasil. , in: Caldarelli, S.B. (Ed.), Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural. Fórum Interdisciplinar para o Avanço da Arqueologia Editora da UCG, PUC-GO/IGPA, Goiânia.

Reisewitz, L., 2004. Direito Ambiental e Patrimônio Cultural: direito a preservação da memória, da ação e identidade do povo brasileiro, Editora Juarez de Oliveira, São Paulo.